



A Indecifrável Conjuntura Atual

*Benício Schmidt**

A atual conjuntura política brasileira enfrenta dilemas os mais difíceis, talvez, da recente história contemporânea do país. O processo do Lava Jato e suas intermináveis decorrências, que põem todo o estabelecimento político e as instituições em regime de plantão, a constatação de que o déficit público será bem maior do que o já registrado, a paralisia de decisões que afeta projetos estratégicos de desenvolvimento, as ameaças judiciais e policiais sobre componentes do novo governo interino de Michel Temer, a pressão da crise venezuelana sobre o possível papel apaziguador do Brasil e a proximidade de decisões norte-americanas sobre a possível nova taxa de juros a ser decretada pelo FED, bem como as alternativas ameaçadoras das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

Tempos de combustão interna e ameaças provenientes dos efeitos da inexorável globalização da economia e dos mecanismos judiciários internacionais.

Neste quadro, vale à pena fazer algumas considerações sobre um evento especial, um caso exemplar, a evidenciar as dificuldades presentes. O senador Romero Jucá foi, ao longo do tempo, adaptando sua postura, voz alta e estridente, agressiva presença física, impositivo, com dois ou três pequenos argumentos para se "fazer claro", diante de seus pares no Congresso e agora, como Ministro do Planejamento – já exonerado- diante da opinião pública. Seu marqueteiro e assessores devem ser fãs de Richard Nixon ("*... let me make something clear*" / "*deixe-me deixar algumas coisas claras*")., décadas atrás.

Como conhece e participa do mapa dos grandes interesses, como aqueles onipresentes na Região Norte do Brasil, foi se impondo, com a obsessão característica destes papéis sociais. Virou líder de todos os governos, desde FHC, passando por Lula e Dilma. Nada estranho. Simples lógica. Brasil Profundo e ainda por ser explorado em seus campos de matérias primas, etc.

Por um mecanismo psicológico conhecido, foi e tem sido um "*True Believer*" (um crente convicto) das causas de seus interesses econômicos representados, que não se confundem com seu variado e disperso eleitorado. Convenceu-se de sua importância e eficácia no Congresso, absolutamente comprovadas inúmeras vezes. A soberba que assola governantes e dirigentes há muito tempo ocupando o poder, tomou-lhe o corpo e a psique.

Inúmeros sintomas de uma situação complexa e que o cercavam nas suspeições nos vários inquéritos foram desprezados. Por ele, até é compreensível, pois não reconhece seus limites e somente um teste da realidade o paralisaria. Está aí a direção do PT, principalmente, que não nos deixa mentir e confirma esta hipótese.

Mas, que o Presidente interino Michel Temer tenha desprezado estas variáveis revela certo grau de improvisação. O mesmo que percorre o Planalto nas últimas décadas. Logo, não é



uma novidade. Apenas mais um erro, uma estultice, que expõe ao perigo toda a estratégia de um governo interino que veio, antes de tudo, para recompor a verdade das Contas Nacionais e pacificar o país, combatido por debates e polêmicas desgastantes.

A Presidente Dilma cometeu vários equívocos do mesmo calibre. Desprezou o famoso relatório de 73 técnicos do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional sobre as mançadas e o descalabro fiscal sendo montado (Relatório de 2013), manteve Arno Augustin como seu Czar em dupla com o ministro Guido Mantega; derrubou os planos de reforma de Palloci e Paulo Bernardo, ainda como Chefe da Casa Civil de LULA II. Ao final de seus dias no Dilma II tentou recobrar a iniciativa, com os mesmos planos de Palloci e Paulo Bernardo. Muito tardiamente e ineficaz, todavia. Fatal mesmo, determinando sua suspensão pelo Congresso Nacional e instaurando o processo de impedimento definitivo, ora em andamento.

Reinventar-se a realidade observável, na falta de matéria e capacidade maior. Nosso campo semântico na política nacional nunca esteve tão rebaixado. Um problema intelectual, um problema mental, um problema obviamente de gestão do patrimônio público.

Ou seja, um conjunto de amadores, mesmo sob a pompa que os cobre. Uma questão civilizatória, uma terrível falta de equipamentos mentais para tratar de situações complexas. Isso ajuda a configurar o Brasil como uma “sociedade bloqueada”, isto é, sem as mediações da inteligência estratégica para conectar projetos e a realidade.

A crise será longa, penosa e nos levará a atrasos relativos frente a países que mudam, inovam e têm melhores esquemas de gestão.

Acrescente-se a estes elementos ilustrativos do drama nacional, outras dimensões ligadas à atual instabilidade internacional. Um dos traços presentes é a crescente militarização de todos os continentes, com ainda exceção da América Latina. Isso terá dramáticas consequências para a política internacional nos próximos anos. Exemplo disso está nos dilemas apresentados pelas eleições presidenciais nos Estados Unidos. O candidato Donald Trump, por exemplo, prega protecionismo em favor da indústria e dos serviços e desvalorização dos títulos da dívida pública do país. Isso para evitar um calote generalizado, logo mais. As implicações financeiras internacionais seriam avassaladoras, dado o valor de referência mundial da moeda norte-americana. Indicação de prováveis distúrbios com alcance global.

Ou seja, algumas dimensões presentes na conjuntura brasileira também estão presentes ao quadro internacional. Um mundo em turbulência, a exigir dos trabalhadores e demais lideranças estratégicas um entendimento mais complexo dos sintomas de tal situação. A crise ética, no âmbito das relações entre Estado e Empresas, por exemplo, não é somente uma questão ilustrada pelo Lava Jato no Brasil. Está presente nos atuais debates eleitorais nos Estados Unidos, na tentativa de sair da União Européia por parte do Reino Unido, na Espanha que não consegue organizar o próprio governo, na França paralisada pela oposição à proposta governamental de flexibilizar as regras que organizam o mercado de trabalho, na



crise grega que arrocha salários e gastos para evitar um calote de sua própria monumental dívida aos bancos europeus, e assim por diante.

Neste momento de depressão econômica, com indefinição política e institucional, cabe aos grupos sociais estratégicos, como sindicatos e suas centrais sindicais, o exame detalhado do quadro conjuntural e buscar o restabelecimento das relações sociais e políticas básicas, fundamentais, para o equacionamento das dificuldades; principalmente por meio de um debate e posicionamento sobre a enorme dívida pública, que deverá alcançar o montante de 70% do PIB brasileiro. Há que buscar-se alternativas ao simples e direto regresso na proteção dos direitos sociais arduamente conquistados nas últimas décadas. É o verdadeiro nó da questão.

***colaborador do IAEUGT**